

Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais

Bernardo Mançano Fernandes

Geógrafo, professor e pesquisador do Departamento de Geografia
Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente
Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA
Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Coordenador do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural do
Conselho Latino – Americano de Ciências Sociais - CLACSO
www.prudente.unesp.br/dgeo/nera

Resumo: Recentemente, diversas áreas do conhecimento adotaram o território como conceito essencial em suas análises. Todavia, o conceito de território é utilizado como uma dimensão das relações sociais, enquanto na verdade, o território é multidimensional, constituindo-se em uma totalidade. Mesmo, muitos geógrafos trabalham com os conceitos de espaço e de território a partir de uma visão unidimensional, muitas vezes importada de outras áreas do conhecimento.

Este artigo é um novo ensaio de uma reflexão maior em realização no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) do Departamento de Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente (São Paulo – Brasil).

Reforçamos nossos argumentos sobre a importância dos conceitos de movimentos socioterritorial e socioespacial para estudar as realidades contemporâneas frente às mudanças paradigmáticas. As idéias aqui apresentadas ainda estão em processo de formação, todavia se constituindo como referências importantes para as leituras geográficas dos movimentos sociais.

Essa é a contribuição contida na parte referente aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Hoje, frente aos intensos processos de exclusão social provocados pelas políticas neoliberais, urge pensar os espaços e os territórios como forma de compreender melhor as conflitualidades. Acreditamos que este artigo provoca essa questão e a coloca em movimento, revelando espaços e territórios antes não pensados.

Palavras-Chave: Movimento social – Movimento socioterritorial – Movimento socioespacial – território – espaço.

Movimientos socioterritoriais y movimientos socioespaciais: contribución teórica para una lectura geográfica de los movimientos sociales

Resumen: En la última década, diversa áreas del conocimiento adoptaron el territorio como concepto substancial en sus análisis. Todavía, el concepto de territorio es utilizado como una dimensión de las relaciones sociales, mientras en verdad, el territorio es multidimensional, constituyéndose en una totalidad. Mismo, muchos geografos trabajan con los conceptos de espacio y de territorio desde una visión unidimensional, muchas veces importada de otras áreas del conocimiento.

Este artículo es un nuevo ensayo de una reflexión mayor en realización en el Núcleo de Estudios, Investigas y Proyectos de Reforma Agraria (NERA) del Departamento de Geografía de la UNESP, campus de Presidente Prudente (São Paulo – Brasil).

Reforzamos nuestros argumentos sobre la importancia de los conceptos de movimientos socioterritorial y socioespacial para estudiar las realidades contemporâneas frente a los cambios paradigmáticos. Las ideas aquí presentadas aún están en proceso de formación, todavia se constituyendo como referencias importantes para las lecturas geográficas de los movimientos sociales.

Ésa es la contribución contenida en la parte referente a los movimientos socioterritoriais y socioespaciais. Hoy, frente a los intensos procesos de exclusión social provocados por las políticas neoliberales, urge pensar los espacios y los territorios como forma de comprender mejor las conflitualidades. Creemos que este artículo provoca esa cuestión y a coloca en movimiento, revelando espacios y territorios antes no pensados.

Palabras-Clave: Movimiento social – Movimiento socioterritorial – Movimiento socioespacial – territorio – espacio.

Socioterritorial movements and socioespacial movements: theoretical contribution for a geographical reading of the social movements

Abstract: Recently, several areas of the knowledge adopted the territory as essential concept in their analyses. Though, the territory concept is used as a dimension of the social relationships, while actually, the territory is multidimensional, being constituted in a totality. Same, many geographers work with the space concepts and of territory starting from a vision unidimensional, a lot of times imported of other areas of the knowledge.

This article is a new rehearsal of a larger reflection in accomplishment in the Center of Studies, Researches and Projects of Land reform (NERA) of the Department of Geography of São Paulo State University, campus of Presidente Prudente (São Paulo - Brazil).

We reinforced our arguments on the importance of the concepts of movements socioterritorial and socioespacial to study the realities contemporary front to the changes paradigmatic. The ideas here presented are still in formation process, though if constituting as important references for the geographical readings of the social movements.

That is the contribution contained in the part regarding the movements socioterritorial and socioespacial. Today, front to the intense processes of social exclusion provoked by the neoliberal politics, is important to think the spaces and the territories as form of understanding the conflitualities better. We believed that this article provokes that subject and it puts her/it in movement, revealing spaces and territories before no thought.

KeyWords: Social movement – Socioterritorial movement – Socioespacial movement – Territory – Space.

Introdução

Na última década, diversas áreas do conhecimento adotaram o território como conceito essencial em suas análises. Todavia, o conceito de território é utilizado como uma dimensão das relações sociais, enquanto na verdade, o território é multidimensional, constituindo-se em uma totalidade. Mesmo, muitos geógrafos trabalham com os conceitos de espaço e de território a partir de uma visão unidimensional, muitas vezes importada de outras áreas do conhecimento.

Este artigo é um novo ensaio de uma reflexão maior em realização no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) do Departamento de Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente (São Paulo – Brasil). Nossas primeiras reflexões a respeito do conceito de movimento socioterritorial surgiram em Fernandes (2000a), na realização da tese de doutorado sobre as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em todo o território brasileiro.

Neste texto, procuramos aprofundar essa discussão a partir de Santos (1988 e 1996); Lefebvre(1991); Raffestin (1993), Oliveira (1991), Gonçalves (2001) e Fernandes e Martin (2004). Para tanto, revisitamos os conceitos de espaço e território e apresentamos o conceito de processos geográficos à luz de nossa reflexão com base nas leituras e a partir dos diversos projetos de pesquisa em realização no NERA.

Reforçamos nossos argumentos sobre a importância dos conceitos de movimentos socioterritorial e socioespacial para estudar as realidades contemporâneas frente às mudanças paradigmáticas. As idéias aqui apresentadas ainda estão em processo de formação, todavia se constituindo como referências importantes para as leituras geográficas dos movimentos sociais.

Essa é a contribuição contida na parte referente aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Hoje, frente aos intensos processos de exclusão social provocados pelas políticas neoliberais, urge pensar os espaços e os territórios como forma de compreender melhor as conflitualidades. Acreditamos que este artigo provoca essa questão e a coloca em movimento, revelando espaços e territórios antes não pensados.

Espaço e Território

O espaço social é a materialização da existência humana. Esta definição extremamente ampla de espaço foi elaborada por Lefebvre (1991, p. 102). O espaço assim compreendido é uma dimensão da realidade. Esta amplitude, de fato, oferece diferentes desafios para a Geografia que tem o espaço como categoria de análise e necessita estudá-lo para contribuir com sua compreensão e transformação. Dentre os maiores desafios, com certeza, estão os trabalhos de elaboração do pensamento geográfico para a produção de um corpo conceitual, a partir da Geografia em um diálogo permanente com as outras ciências.

Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Todavia, muitas vezes a sua utilização não é compreensível, porque não se define o espaço do qual está se falando. É assim que o espaço vira uma panacéia. Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços.

O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como *composicionalidade*, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma *completitude*, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade.

O Espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da *completividade*. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da *composicionalidade*, em que as dimensões são igualmente espaços completos e *completivos*.

Essas qualidades dos espaços desafiam os sujeitos que neles vivem e pretendem compreendê-los. O espaço é *multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação*. As relações sociais, muitas vezes, realizam *leituras e ações* que fragmentam o espaço. São análises parciais, unidimensionais, setoriais, lineares, uniescalar, incompletas e, portanto, limitadas, porque necessitam delimitar. Essas leituras espaciais fragmentárias promovem desigualdades e diferentes formas de exclusão. A superação dessa visão de mundo exige ponderabilidade na criação de métodos que *desfragmentem* o espaço e que não restrinjam as qualidades *composicionais e completivas* dos espaços.

Essa é a identidade do espaço, sua plenitude, como demonstra Santos (1996, p. 50) na elaboração de uma definição plena de espaço. Santos compreende que o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de

ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Essa definição explicita o espaço geográfico onde se realizam todos os tipos de relações.

As relações são formadoras dos sistemas de ações e de objetos, que de acordo com Milton Santos são contraditórios e solidários. As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos. A produção de fragmentos ou frações de espaços é resultado de *intencionalidades* das relações sociais, que determinam as leituras e ações propositivas que projetam a totalidade como parte, o seja, o espaço em sua qualidade completa é apresentado somente como uma fração ou um fragmento.

Essa determinação é uma ação propositiva que interage com uma ação receptiva e a representação do espaço como fração ou fragmento se realiza. Assim, a *intencionalidade determina a representação do espaço*. Constitui-se, portanto, numa forma de poder, que mantém a representação materializada e ou imaterializada do espaço, determinada pela intencionalidade e sustentada pela receptividade. Sem essa relação social o espaço como fração não se sustenta.

É importante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social. Essa representação exige uma *intencionalidade*, ou seja, uma forma de compreensão unidimensional do espaço, reduzindo suas qualidades. Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e completos do espaço geográfico.

A *intencionalidade* é um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço, como bem definiu Lefebvre. A *intencionalidade* é **uma** visão de mundo, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. Por esta condição, precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada. E assim, constrói uma leitura parcial de espaço que é apresentada como totalidade. Afinal, todos os povos se sentem o centro do universo.

Desse modo, a multidimensionalidade do espaço é restringida ao ser delimitada pela determinação da intencionalidade. Em outras palavras: a parte é transformada em todo e o todo é transformado em parte. Isso significa que o espaço agora passa a ser compreendido segundo a intencionalidade da relação social que o criou. É, então, reduzido a uma representação unidimensional e a visão que o criou, embora parcial, é expandida como representação da multidimensionalidade. A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais.

Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades *composicionais* e *completivas* dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade.

O território foi definido por Raffestin (1993, p. 63), como sistemas de ações e sistemas de objetos. Essa similitude das definições de Claude Raffestin e Milton Santos significa também que espaço geográfico e território, ainda que diferentes, são o mesmo. Pode-se afirmar com certeza que todo território é um espaço (nem sempre geográfico, pode ser social, político, cultural, cibernético etc.). Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma

nação é o seu território. E no interior deste espaço há diferentes territórios, constituindo o que Haesbaert (2004), denominou de multiterritorialidades.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis.

A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. Um bom exemplo dessas características está em Oliveira (1991) nos conceitos de territorialização do capital e monopólio do território pelo capital.

As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento.

Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método. Para a construção de leituras da realidade é fundamental criar métodos de análise, que são espaços mentais (imateriais) onde os pensamentos são elaborados. Para um uso não servil dos territórios dos paradigmas é necessário utilizar-se da propriedade do método.

A mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos. Estes possuem o sentido de trunfo que Raffestin (1993) defende para o conceito de território. Sem a produção de espaços e de territórios, o conhecimento, como relação social, pode ser subordinado por outros conhecimentos, relações sociais, espaços e territórios.

Para a Geografia o território é uma totalidade, portanto é multidimensional. Para outras ciências o território pode ser compreendido apenas como uma dimensão. Alguns economistas tratam o território como uma dimensão do desenvolvimento, reduzindo o território a uma determinada relação social. Assim como o desenvolvimento, o território é multidimensional, portanto não existe uma dimensão territorial do desenvolvimento. A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de “desenvolvimento territorial”.

No espaço as relações sociais se materializam e se reproduzem, produzindo espaços e territórios em movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. Denominamos esses movimentos de processos geográficos.

Processos Geográficos

Os processos geográficos são também processos sociais. As relações sociais a partir de suas intencionalidades produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens. Ao produzirem seus espaços e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesses movimentos as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais.

Os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as

contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização – desterritorialização – reterritorialização.

Exemplos de TDR podem ser dados com o movimento das empresas capitalistas que se instalam e mudam de cidades e países de acordo com as conjunturas políticas e econômicas; ou os movimentos do agronegócio e da agricultura camponesa modificando paisagens, mudando a estrutura fundiária e as relações sociais; ou ainda quando a polícia prende traficantes que controlam determinados bairros e semana depois o tráfico é reorganizado; Também quando um paradigma entra em crise ou é abandonado e tempos depois é retomado.

Os processos geográficos são, igualmente, movimentos das propriedades espaciais e das relações sociais. São quatro os processos geográficos primários: espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade. São três os processos geográficos procedentes: desterritorialização, reterritorialização, desterritorialidade, reterritorialidade.

Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas. Existem dois tipos de territorialidade, a local e a deslocada, que podem acontecer simultaneamente.

A territorialidade local pode ser simples ou múltipla, depende dos usos que as relações mantenedoras fazem do território. Um exemplo de territorialidade local simples é um hospital, cujo espaço é utilizado unicamente para seu fim próprio. Exemplos de territorialidade local múltipla são os usos dos territórios em diferentes momentos. O uso múltiplo de um mesmo território explicita a sua territorialidade. Uma rua pode ser utilizada com o tráfego de veículos, para o lazer nos finais de semana e com a feira livre acontecendo um dia por semana. A desterritorialidade acontece com o impedimento da realização de uma dessas ações. Da mesma forma fora que a reterritorialidade acontece com o retorno da mesma. Outro exemplo é o prédio de um sindicato onde acontecem reuniões para tratar dos interesses políticos e econômicos dos trabalhadores, mas também é ocupado com aulas de alfabetização de jovens e adultos e também para a prática de esportes.

Exemplos de territorialidades deslocadas são as reproduções de ações, relações ou expressões próprias de um território, mas que acontecem em outros territórios. Dois exemplos: pessoas tomando chimarrão em determinados lugares das regiões Sudeste e Nordeste, apropriadas pela população local como resultado da interação e convivência com gaúchos. Pessoas dançando forró, rock ou tango na cidade de São Paulo como resultados da interação e convivências com diferentes culturas.

Os territórios materiais ou imateriais se manifestam por meio das intencionalidades, são delimitados, identificados e ou demarcados no espaço geográfico. Essas mesmas relações produzem espaços sociais diversos, cujos movimentos são manifestados em espacializações e espacialidades. Todavia, esses processos geográficos são fugazes, de difícil delimitação e demarcação e de fácil identificação.

A espacialização é movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico e no território. A espacialização como movimento é circunstancial, é o presente (Santos, 1988). Ao contrário da territorialização, a espacialização não é expansão, são fluxos e refluxos da multidimensionalidade dos espaços. Portanto não existe a “desespacialização”. Uma vez realizada em movimento, a espacialização torna-se fato acontecido, impossível de ser destruído. Dois exemplos de espacialização são: o comércio, com a circulação de mercadorias ou as marchas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST);

A espacialidade é o movimento contínuo de uma ação na realidade ou o multidimensionamento de uma ação. A espacialidade carrega o significado da ação. Na espacialidade a ação não se concretiza como é o caso da espacialização. A espacialidade é subjetiva e a espacialização é objetiva. Dois exemplos de espacialidade são as propagandas e as lembranças da memória. Os processos geográficos também são conjuntos indissociáveis e pode acontecer simultaneamente. Um mesmo objeto pode ser parte de diferentes ações no processo de produção do espaço. Ou diferentes objetos e sujeitos podem produzir diferentes processos geográficos. Desse modo espacialidade e espacialização podem acontecer concomitantemente.

Todavia, territorialização e desterritorialização não acontecem com ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas pode acontecer ao simultaneamente em lugares diferentes.

Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais

As reflexões teóricas apresentadas neste artigo possibilitam aprofundar as leituras geográficas a partir das ações dos movimentos sociais. As primeiras reflexões a respeito do conceito de movimentos socioterritoriais datam da segunda metade da década de 1990 e resultaram na publicação do artigo “Movimento Social como Categoria Geográfica” (Fernandes (2000b)). Essas reflexões continuaram no debate com o geógrafo francês Jean Yves – Martin (2001) e resultaram na publicação do texto “Movimento socioterritorial e globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST” (Fernandes; Martin, 2004).

Estes trabalhos resultam de um desafio e esforço no sentido de superar os conteúdos sociológicos do conceito de movimento social, muito utilizado nos trabalhos de geógrafos, mas que pouco contribui para um estudo geográfico dos processos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços em territórios.

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento.

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios¹. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade.

Na década de 1980, a geografia brasileira intensificou seus estudos referentes às ações dos movimentos sociais. Todavia, o referencial teórico para análise dos objetos era sempre de origem sociológica, econômica ou histórica. Por esta razão, desde meados da década de 1990, realizamos esse esforço em pensar as dimensões geográficas das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais, no sentido de reconceitualizá-los a partir de uma leitura geográfica dos processos sociais e geográficos.

Neste sentido, há tempos, estamos cunhando os conceitos de movimento socioespacial e de movimento socioterritorial para contribuir com os estudos geográficos nas Ciências Humanas. Os sociólogos, na construção do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos espaços e dos territórios produzidos/construídos pelos movimentos. Mas não é satisfatória.

As formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço. Elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental, cultural etc. Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos.

Esses espaços são materializações, se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos, e é possível mapeá-los de diferentes modos, contribuindo com leituras geográficas. Neste sentido, todos os movimentos são socioespaciais, inclusive os socioterritoriais,

¹ Estudos amplos das conflitualidades na luta pela terra são realizados por Gonçalves (2004 e 2005).

pois o território é construído a partir do espaço (Lefebvre, 1991). Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização.

De acordo com Raffestin (1993), partimos da premissa que para alguns movimentos o território é seu trunfo e, portanto, a razão da sua existência. Para todos os movimentos o espaço é essencial. É evidente que não existem movimentos sociais sem espaço. Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo. Existem movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais no campo, na cidade e na floresta.

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica.

É com essa preocupação que apresentamos esse ensaio teórico, ou seja, construir um referencial que nos permita compreender como as formas de organização e as relações sociais definem e delimitam os espaços e os territórios de ação dos movimentos.

Ainda queremos enfatizar que isso não significa uma visão determinista do lugar, como lembra Neves (2004). Não propomos o estudo descritivo do espaço ou do território, mas da multidimensionalidade possível, da composicionalidade e da completividade, em todas as interações que são constituintes de transformação da realidade a partir de processos geográficos. Não nos interessa o espaço em si, mas o movimento do espaço e sua transformação em território. Não nos interessa somente o espaço físico em si, mas o espaço geográfico em sua totalidade. Estudamos o espaço em movimentos e o movimento no espaço e no território.

Com essa preocupação cunhamos os conceitos que nos possibilitam compreender as ações dos movimentos socioespaciais e dos socioterritoriais, a partir dos espaços e dos territórios construídos pelas relações sociais, materiais e imateriais. Enfatizando, é preciso compreender as formas de organização dos movimentos, tomando como referência, o espaço, o território e o lugar produzidos por suas ações por meio das relações sociais.

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

As organizações não governamentais se constituem apenas como movimentos socioespaciais. Estas são agências de mediação, uma vez que as ongs são sempre representações da reivindicação, de espaços e ou de territórios. Não são sujeitos reivindicando um território. Não existem a partir de um território. São sujeitos reivindicando espaços, são entidades de apoio ou contrárias aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, são agências intermediárias, que produzem espaços políticos e se espacializam.

As organizações não governamentais trabalham com representações de interesses, defendendo desde os interesses de uma multinacional aos interesses de um movimento indígena. Portanto, só podem se constituir como movimentos socioespaciais, uma vez que não possuem um território definido. O fato de defenderem uma ou outra intencionalidade não lhes dá o status de movimentos socioterritoriais, pois como afirmamos na primeira parte deste artigo, os territórios imateriais são também espaços políticos, abstratos. *Sua configuração como território refere-se às*

dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Todavia, as imaterialidades representadas pelas intencionalidades defendidas não se materializam como território próprio, mas como território dos movimentos socioterritoriais que elas defendem. Assim sendo, o conceito de território vincula-se ao conceito de espaço geográfico, seus elementos naturais e relações sociais. Elemento fundamental do território e do espaço geográfico é a materialização da existência humana.

As igrejas podem ser movimentos socioespaciais e ou movimentos socioterritoriais, dependendo das relações sociais com as quais trabalham, podem ser agências de mediação ou defender seus próprios interesses.

De acordo com as pesquisas da Comissão Pastoral da Terra (2005, p. 219-224) existiam, até 31 de dezembro de 2004, em torno de 240 movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuando em todo o território brasileiro. Desses a maior parte é de movimentos socioterritoriais isolados e respondiam por um número menor de ações, enquanto os movimentos territorializados executaram um número maior de ações, enquanto os movimentos socioespaciais aparecem com agências de mediação.

Movimentos (socioterritoriais) isolados são aqueles que atuam em uma determinada microrregião ou num espaço geográfico equivalente. Consideramos esses movimentos como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem um espaço geográfico restrito.

Os movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços.

Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços.

Os movimentos socioespaciais também possuem diferentes escalas. Podem atuar da escala mundial à escala local. São predominantemente agências de mediação. Um exemplo de movimento socioespacial global do é o Greenpeace. Um exemplo de movimentos socioespacial em escala local são as organizações de bairro em luta contra a carestia ou pela implantação de serviços sociais, como energia elétrica, asfalto, escolas etc.

No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território. Na cidade, os movimentos socioterritoriais são predominantemente os movimentos de sem-teto. Constroem seus espaços e espacializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia.

Os movimentos socioespaciais e os socioterritoriais enfrentam contra – espaços (Moreira, 2002), que foram estudados por Feliciano (2003) com exemplos das medidas políticas do Estado constituídas como barreiras espaciais para impedir a espacialização e territorialização dos movimentos camponeses. O conflito é fato presente nas ações dos movimentos socioterritoriais e são promotores de desenvolvimento e refluxo das políticas das instituições. A exclusão, a negociação e a ressocialização são condições que se realizam e se superam por meio das ações dos movimentos na construção de espaços e conquista de territórios.

Considerações finais

A construção dos conceitos aqui apresentados é um processo amplo e de debate permanente. Compreender esses processos é importante para a superação de pré-conceitos contra os sujeitos que lutam por suas existências na conquista de seus territórios. Muitas vezes

são denominados baderneiros porque mexeram, entraram, penetraram em espaços – territórios de onde foram excluídos e que, por causa da desigualdade econômica e do controle social, não poderiam entrar, permanecer em seus territórios.

Também é possível mapear os movimentos das forças políticas sobre o espaço geográfico, transformando as paisagens, criando e destruindo territórios. A leitura geográfica é estratégica e fundamental para o desenvolvimento das intencionalidades que nascem e fazem nascer relações socioespaciais e socioterritoriais.

Igualmente, nos ajuda a compreender como a Geografia pode utilizar uma leitura autônoma, para compreender melhor a realidade dos movimentos e contribuir com outras áreas do conhecimento. Os conceitos de movimento socioespacial e socioterritorial são tentativas de desfragmentação do espaço e do território. Pode-se fazer uma leitura mais ampla a partir do conceito de movimento socioterritorial, mas esta sempre será uma leitura parcial, porque a totalidade da realidade é um processo coletivo que só pode ser compreendida no movimento de todos.

Referências bibliográficas

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil – 2004**. Goiânia: CPT, 2005.

FELICIANO, Carlos Alberto. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) Curso de Pós – Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a.

_____. Movimento Social como Categoria Geográfica. In: **Revista Terra Livre** nº 15. São Paulo: AGB, 2000b, pp. 59-85.

FERNANDES, Bernardo Mançano; Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 12, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad**. México: Siglo Veintiuno, 2001.

_____. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2003**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2004, p.10-26.

_____. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio grilagem e devastação. In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p.142-156.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

MARTIN, Jean Yves. **Les Sans Terre du Brésil: géographie d'un mouvement socio-territorial**. Paris: L'harmattan, 2001.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra – espaço: Sociedade Civil e Estado, Privado e Público na Ordem Espacial Burguesa. In **Revista Território Territórios**. Programa de Pós – Graduação Em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

NEVES, Achiles Lemos. Dos movimentos socioespaciais aos movimentos socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos movimentos pela perspectiva geográfica. In: Goiânia: **VI Congresso Brasileiro de Geógrafos** (Anais), 2004.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.